



GRUPO PARLAMENTAR

Exmo. Senhor  
Ministro dos Assuntos Parlamentares  
Ilustre Dr. Jorge Lacão

N/Refª PGP/20/10

Lisboa, 07.01.2010

Exmo. Senhor Ministro, *Meu caro Dr. Jorge Lacão,*

Agradeço a carta, de V. Exa., de 4 de Janeiro p.p., sobre a disponibilidade do Governo para conversações sobre o Orçamento do Estado, para 2010.

O Partido Social Democrata reconhece, com naturalidade, que é ao Governo que compete a responsabilidade de definir as políticas que orientarão a acção governativa.

O Partido Social Democrata espera que o Governo reconheça, com igual naturalidade, que - dado que a maioria dos eleitores não votou no seu programa - as iniciativas fundamentais para o futuro do País, tenham, para poderem ser viabilizadas, de obter, na Assembleia da República, o necessário consenso.

O Orçamento do Estado tem implicações profundas para o futuro do País e exige, por isso, mais do que muitas outras iniciativas, o referido consenso na Assembleia da República.



GRUPO PARLAMENTAR

Entendemos o Orçamento do Estado como um instrumento de promoção do desenvolvimento económico e, conseqüentemente, um instrumento para resolver problemas concretos dos cidadãos. É o Estado que deve servir os cidadãos; não são os cidadãos que devem servir o Estado.

Como é do conhecimento, quer de V. Exa. quer do Senhor Primeiro Ministro, o PSD defende uma política económica diferente da que o anterior Governo prosseguiu e que este Governo tem dado mostras querer continuar a prosseguir.

Assim, consideramos prioritário que o próximo Orçamento do Estado possa evidenciar, com clareza, uma trajectória de médio prazo – por exemplo, até ao final da presente legislatura –, assente em opções de política económica concretas e quantificadas que permita:

- Inverter a trajectória de crescimento galopante do endividamento externo do País, que resulta de um nível de despesa incomportável, muito para além da capacidade produtiva de que o País hoje dispõe. A continuação do crescimento do endividamento externo ao ritmo a que se tem verificado, terá conseqüências gravíssimas para o futuro do País, empobrecendo-o e comprometendo a sua independência económica.
- Corrigir a trajectória de desequilíbrio insustentável nas contas públicas (défice e dívida), através de uma estratégia assente na redução do peso da despesa pública no PIB e não no aumento de impostos.
- Conferir uma total transparência no que respeita às Contas Públicas, bem como às responsabilidades financeiras actuais e futuras que o Estado assumiu ou vai assumir. Neste sentido, deve, ainda, a Assembleia da República ser integralmente informada de todas as responsabilidades não orçamentadas, em particular as que resultam das parcerias público-privadas que o Governo concretizou ou tem intenções de concretizar.



GRUPO PARLAMENTAR

O PSD considera igualmente prioritário o combate ao desemprego – um combate que só se pode fazer com a introdução de medidas de estímulo destinadas às pequenas e médias empresas, que são as verdadeiras criadoras de postos de trabalho.

É neste quadro que manifestamos a nossa disponibilidade para conversações com o Governo, com vista à viabilização do próximo Orçamento do Estado.

É nossa convicção que esta posição corresponde ao interesse nacional, tal como o entendemos. E não viola o princípio fundamental de que deve ser o Governo a escolher as medidas que considere mais apropriadas para atingir o objectivo essencial de repor a economia nacional no caminho do crescimento e da sustentabilidade financeira.

Com os melhores cumprimentos, *e com o melhor*

O Presidente do Grupo Parlamentar

José Pedro Aguiar-Branco

PS: De acordo com o princípio definido por V. Excelência, reservo-me o direito de divulgar publicamente o conteúdo desta carta.